

I - OBJETO DA PRESENTE FICHA TÉCNICA

A produção da presente Ficha Técnica é efetuada ao abrigo do disposto no artigo 28.º das Disposições Gerais do Regulamento de Benefícios do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM) e nos termos do disposto no artigo 19.º (*Ficha Técnica*), do Regulamento da Modalidade “Associação Mutualista Montepio - Proteção Crédito Habitação”, constante do Regulamento de Benefícios do MGAM, e contempla as disposições relativas a esta Modalidade, decorrentes do disposto naquele Regulamento e dos Estatutos do MGAM, nomeadamente a informação relativa à sua natureza e respetivo enquadramento regulamentar, os termos em que é efetuada a respetiva subscrição e as regras aplicáveis, as implicações nas Subscrições da Modalidade decorrentes da condição de Associado do MGAM, ou seja, do Vínculo Associativo, e respetivos direitos, deveres, encargos e riscos, bem como a informação relativa à fiscalidade aplicável em vigor à data de produção desta Ficha Técnica.

Salvo se o contrário resultar da presente Ficha Técnica, os termos e expressões iniciados por maiúsculas terão o significado atribuído no Glossário anexo à presente Ficha Técnica e que integra o Regulamento de Benefícios do MGAM. A presente Ficha Técnica constitui um elemento informativo de caráter técnico e regulamentar e é de entrega obrigatória ao Associado Subscritor.

A consulta desta informação não dispensa a leitura obrigatória dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios (Disposições Gerais, Regulamento da Modalidade “Associação Mutualista Montepio – Proteção Crédito Habitação” e Glossário) do Montepio Geral - Associação Mutualista, disponíveis em qualquer Balcão do Banco Montepio, junto do seu Gestor Mutualista e em montepio.org e bancomontepio.pt, nem o conhecimento da legislação fiscal em vigor em cada momento.

II - NOTAS PRÉVIAS INFORMATIVAS E DE ADVERTÊNCIA AO ASSOCIADO SUBSCRITOR

(A) - Sobre o Montepio Geral - Associação Mutualista

O Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede na Rua Áurea, 219-241, Lisboa, com o número de identificação fiscal 500766681, registada no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Direção Geral da Segurança Social (DGSS), inscrição n.º 3/81 a fls. 3 verso e 4 do livro I das Associações de Socorros Mútuos.

O MGAM é uma associação mutualista e como tal, uma entidade do denominado “sector cooperativo e social”, ou seja, integra o setor da Economia Social.

Enquanto associação mutualista, o MGAM está sujeito à legislação em vigor para este tipo de instituições particulares de solidariedade social, em particular o Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, que entrou em vigor a 1 de setembro de 2018 (CAM). O MGAM está sujeito à tutela do membro do Governo com competência em matéria de segurança social, nos termos do n.º2. do artigo 126.º do CAM (atualmente Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social).

O CAM disciplina um novo regime de supervisão financeira a aplicar ao MGAM, previsto no artigo 136.º deste Código. As disposições desse artigo consagram um período transitório de 12 anos, tendo em vista garantir uma gradual adaptação dessas instituições ao novo quadro regulatório.

Durante o período transitório de 12 anos, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) dispõe de poderes de verificação do cumprimento do plano de adaptação, no fim do qual, e não se verificando o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, o MGAM fica sujeito, com as devidas adaptações, ao regime de supervisão do setor segurador. Adicionalmente, durante o período transitório, a ASF dispõe dos poderes definidos no artigo 7.º e n.º 5 do artigo 6.º do referido Decreto-Lei, este último com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 37/2019, de 15 de março.

O MGAM deixa de estar ao abrigo deste regime, caso durante o período transitório ocorra uma alteração superveniente da sua dimensão financeira ou no final do período não preencha os requisitos financeiros requerendo que o MGAM promova o reequilíbrio técnico e financeiro nos termos previstos no artigo 30.º do CAM, o qual poderá resultar numa diminuição dos benefícios ou aumento do pagamento de quotas previstos para o Associado ao abrigo da modalidade subscrita conforme Estatutos e Regulamento de Benefícios disponibilizados em sede de admissão a Associado e subscrição de Modalidade.

Durante o período transitório, poderá a ASF exigir o ajustamento do plano inicial de convergência de forma a incluir as medidas tendentes a garantir a convergência progressiva, com vista a atingir a plena conformidade com as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao setor segurador no final do referido período. Caso o MGAM não dê cumprimento integral a esses ajustamentos, a ASF poderá deliberar o incumprimento, o qual poderá levar a Tutela a deliberar a suspensão de disponibilização de novas modalidades de benefícios de segurança social, continuando o MGAM a gerir as modalidades já concedidas e subscritas.

Nos termos do estabelecido no CAM, são fins das associações mutualistas, entre outros, a concessão de benefícios de segurança social aos respetivos associados através da disponibilização de modalidades mutualistas individuais, de subscrição exclusiva pelos associados, aprovadas pelos próprios associados em Assembleia Geral de Associados e aprovadas pela respetiva tutela, onde ficam registadas.

(B) - Sobre as modalidades mutualistas do Montepio Geral - Associação Mutualista

As modalidades mutualistas de benefícios de segurança social não são depósitos bancários, seguros, PPR, fundos de investimento ou instrumentos financeiros, não se encontrando abrangidas pelo Fundo de Garantia de Depósitos, pelo Sistema de Indemnização aos Investidores, ou por qualquer outro sistema de garantia ou proteção pública ou estatal, respondendo pelas responsabilidades assumidas apenas o património das associações que as disponibilizam.

No desenvolvimento da sua missão, o MGAM disponibiliza, em exclusivo para os seus Associados, entre outros benefícios, modalidades individuais de benefícios de segurança social, enquadradas no disposto no artigo 3.º do CAM, como é o caso da Modalidade “Associação Mutualista Montepio – Proteção Crédito Habitação”, enquadrada nas modalidades mutualistas de capitais pagáveis por morte, prevista na alínea c), daquele artigo.

A Modalidade “Associação Mutualista Montepio - Proteção Crédito Habitação”, à semelhança das outras modalidades de benefícios do MGAM, encontra-se obrigatoriamente regulamentada no Regulamento de Benefícios do MGAM.

O Regulamento de Benefícios em vigor, aplicável desde 4 de novembro de 2013, foi aprovado na Assembleia Geral de Associados do MGAM de 8 de setembro de 2011, assim como pela respetiva tutela, encontrando-se registado na Direção Geral da Segurança Social (DGSS), pelo averbamento n.º 104 à inscrição n.º 3/81 a fls. 13 e 32 verso, do livro das Associações Mutualistas e Fundações de Segurança Social Complementar.

As alterações às modalidades mutualistas só podem ser efetuadas por revisão do Regulamento de Benefícios, proposta por uma comissão de revisão composta por associados e nomeada em Assembleia Geral de Associados, sendo as alterações aprovadas em Assembleia Geral de Associados e posteriormente aprovadas e registadas pela Tutela.

(C) - Sobre a relação entre o Montepio Geral – Associação Mutualista e a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. (Banco Montepio)

O Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM) criou em 1844 uma caixa económica anexa com personalidade jurídica e estatutos próprios (atualmente Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. (Banco Montepio)), destinada a auxiliar a realização dos seus fins - artigo 3.º, n.º 1, al. a) dos Estatutos do MGAM -, nomeadamente através da disponibilização dos meios técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da atividade mutualista.

Neste contexto, **o Banco Montepio desempenha, desde 1844, um papel essencial na relação de proximidade entre o MGAM e os Associados que o constituem, prestando apoio local no esclarecimento de dúvidas, receção de sugestões e disponibilização das Modalidades Mutualistas.**

A atividade desenvolvida pelo Banco Montepio na promoção e/ou desenvolvimento de contatos com atuais ou potenciais Associados do MGAM não está sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

O MGAM é o acionista maioritário do Banco Montepio, detendo a quase totalidade do respetivo capital social.

O MGAM e o Banco Montepio são entidades com natureza e regime jurídicos diferentes e independentes: o Banco Montepio é uma instituição de crédito, enquanto o MGAM, como acima referido, é uma associação mutualista.

O Banco Montepio, enquanto entidade que apoia o MGAM na disponibilização da Modalidade Mutualista “Associação Mutualista Montepio – Proteção Crédito Habitação” para subscrição pelos Associados / proponentes a Associados do MGAM, clientes do Banco Montepio, não é responsável pelo pagamento do benefício, ou seja, pelo pagamento do Capital Contratado por morte do Associado Subscritor, nas situações de risco cobertas e nos termos definidos no Regulamento da Modalidade e constantes desta Ficha Técnica, respondendo por aquele pagamento unicamente o MGAM.

(D) - Sobre eventuais perdas ou diminuição do Benefício desta Modalidade

O pagamento do Capital Contratado nas Subscrições da Modalidade é unicamente garantido pelo património do MGAM, estando, com tal, sujeito ao risco de crédito, de liquidez e de solvabilidade do mesmo.

Poderá ocorrer perda financeira em caso de ocorrência de um evento coberto e se verifique a impossibilidade do MGAM proceder ao pagamento do respetivo Capital Contratado, por aplicação do artigo 30.º (*Garantia do equilíbrio financeiro*) do CAM, que estipula a obrigatoriedade de alteração do Regulamento de Benefícios para restabelecimento do necessário equilíbrio técnico-financeiro sempre que, pela análise dos balanços (técnicos) e de outros instrumentos de gestão, se verifique a impossibilidade de concessão, atual ou futura, dos benefícios nele estabelecidos, sendo essa alteração objeto de deliberação da Assembleia Geral de Associados.

Nos termos do CAM (artigos 117.º (*Formas de extinção*) a 125.º (*Partilha de bens*)) as associações mutualistas podem ser extintas por decisão judicial, entre outros casos, quando se verifiquem dificuldades financeiras que obstem à efetivação dos direitos dos associados. A extinção de uma associação mutualista dá origem à respetiva liquidação, sendo a comissão liquidatária nomeada em tribunal, no caso de liquidação por decisão judicial, e constituída por associados. Na liquidação e partilha, observa-se a seguinte ordem de alocação do saldo (líquido de despesas do processo de liquidação):

- i. pagamento de dívidas ao Estado e das contribuições devidas às instituições de segurança social;
- ii. pagamento das remunerações e indemnizações devidas aos trabalhadores da associação;
- iii. pagamento de dívidas a terceiros;
- iv. entrega aos associados ou beneficiários dos montantes necessários à cobertura dos direitos adquiridos; e
- v. atribuição do saldo remanescente a um fundo de solidariedade mutualista.

(E) – Em montepio.org poderão ser consultados os Relatórios e Contas individuais do MGAM para os períodos de 2012 a 2018. Em 2018 os capitais próprios do MGAM ascendem a 753,05 milhões de euros. Estão igualmente disponíveis os Relatórios e Contas em base consolidada para os períodos de 2012 a 2017. Os capitais próprios consolidados em 2017 ascendem a 527,19 milhões de euros.

O acervo de direitos e obrigações decorrentes da condição de Associado do MGAM e os Benefícios atribuídos em virtude dessa condição e da condição de Subscritor da Modalidade Mutualista “Associação Mutualista Montepio – Proteção Crédito Habitação” estão descritas nos Estatutos do MGAM e no Regulamento de Benefícios do MGAM e na presente Ficha Técnica. O MGAM aconselha aos Associados Subscritores a consulta destes documentos, disponíveis em montepio.org, sendo a Ficha Técnica de entrega obrigatória ao Associado no momento da subscrição desta Modalidade.

III - INFORMAÇÃO SOBRE RESPONSABILIDADE, GESTÃO E TUTELA

Entidade Responsável e Gestora (Produtor)	Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM), Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua Áurea, 219-241, Lisboa, NIPC 500766681, registada na Direção Geral da Segurança Social (DGSS), inscrição n.º 3/81 a fls. 3 verso e 4 do livro I das Associações de Socorros Mútuos.
Política/Perfil de Investimento	A composição dos ativos em carteira é estruturada em função do perfil de responsabilidades da Modalidade respondendo pelo pagamento dos Capitais Contratados nas respetivas Subscrições unicamente o património do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM). A composição do Ativo do MGAM, bem como a sua política de investimentos e gestão de riscos, constam do Relatório e Contas do MGAM relativo a cada exercício, disponíveis em montepio.org .
Equilíbrio Técnico-Financeiro	Nos termos do artigo 30.º do Código das Associações Mutualistas, é obrigatória a alteração do Regulamento de Benefícios, com vista a restabelecer o necessário equilíbrio técnico-financeiro, sempre que, pela análise do Balanço Técnico e de outros instrumentos de gestão, se verifique a impossibilidade de concessão, atual ou futura, dos Benefícios, nele estabelecidos, pelo que, o Benefício desta modalidade, ou seja o pagamento do Capital Contratado por morte do Associado Subscritor, nas situações de risco cobertas e nos termos definidos no Regulamento da Modalidade e constantes desta Ficha Técnica, está sujeito a eventual ajustamento, resultante do eventual ajustamento das bases técnicas desta Modalidade por deliberação da Assembleia Geral de Associados.
Autoridade Tutelar do MGAM	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

IV - NATUREZA E ENQUADRAMENTO DA MODALIDADE

Designação Corrente	<ul style="list-style-type: none"> • “Associação Mutualista Montepio - Proteção Crédito Habitação” é a designação corrente desta Modalidade*. * Esta Modalidade: <ul style="list-style-type: none"> - Resulta da autonomização da componente de proteção de Contratos de Crédito à Habitação da Modalidade anteriormente designada de “Garantia de Pagamento de Encargos I”, e integra também, com as devidas adaptações, a componente de proteção de Contratos de Crédito à Habitação da Modalidade anteriormente designada de “Garantia de Pagamento de Encargos”, fechada a novas Subscrições desde 1 de julho de 2007. - Tem atualmente o nome regulamentar de “Montepio Proteção - Crédito Habitação”, podendo ser adotada a sua designação corrente na respetiva identificação nos documentos e meios utilizados pelo Montepio Geral - Associação Mutualista.
Entrada em vigor	<ul style="list-style-type: none"> • A Modalidade entrou em vigor em 01.07.2007, e encontra-se sujeita ao Regulamento de Benefícios aprovado na Assembleia Geral (AG) de 08.set.2011, aplicável desde 04.nov.2013* * Assim, ficam sujeitas ao Regulamento de Benefícios aprovado na AG de 08.set.2011, com as necessárias adaptações, as Subscrições efetuadas: <ul style="list-style-type: none"> - Desde 1 de julho de 2007, na componente de proteção de Contratos de Crédito à Habitação da Modalidade anteriormente designada de “Garantia de Pagamento de Encargos I”, ao abrigo do art.º 20.º (<i>Subscrições Anteriores à Aprovação do presente Regulamento</i>), do Regulamento da Modalidade Associação Mutualista Montepio - Proteção Crédito Habitação. - Até 30 de junho de 2007, na componente de proteção de Contratos de Crédito à Habitação da Modalidade anteriormente designada de “Garantia de Pagamento de Encargos”, fechada a novas Subscrições desde 1 de julho de 2007, ao abrigo do Título V (<i>Disposições Transitórias</i>).
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> • As modalidades mutualistas são modalidades de benefícios de segurança social, concebidas e aprovadas pelos associados das associações mutualistas que as disponibilizam, podendo apenas ser subscritas pelos respetivos associados, pelo que a Modalidade “Associação Mutualista Montepio – Proteção Crédito Habitação” tem a natureza de benefício complementar de segurança social, e apenas pode ser subscrita por Associados do Montepio Geral - Associação Mutualista.
Enquadramento Regulamentar	<ul style="list-style-type: none"> • A presente Modalidade encontra-se regulamentada no Regulamento de Benefícios do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM), no Título II (<i>Disposições Particulares - Modalidades Individuais</i>), Capítulo II (<i>Modalidades Grupo II</i>), Secção I (<i>Montepio Proteção - Crédito Habitação</i>), encontrando-se também abrangida, nas partes aplicáveis, pelo disposto no Título I (<i>Disposições Gerais</i>), no Título IV (<i>Disposições Particulares - Outros Benefícios</i>) e Título VI (<i>Glossário</i>), daquele Regulamento. • O Regulamento de Benefícios do MGAM está subordinado aos Estatutos do MGAM, ao Código das Associações Mutualistas, e restantes disposições legais, jurídicas e fiscais aplicáveis.
Tipo de Modalidade / Definição	<ul style="list-style-type: none"> • Modalidade Mutualista Individual de proteção vida/invalidez destinada a assegurar o pagamento do Capital Contratado afeto a um Contrato de Crédito à Habitação, caso ocorra a morte ou invalidez do Associado Subscritor nas situações de risco cobertas, nos termos definidos no Regulamento da Modalidade e constantes desta Ficha Técnica. • É uma Modalidade Principal, com prazo de subscrição temporário e Benefício subscrito em capital, cuja subscrição não depende da subscrição de outras Modalidades, e que permite a titularidade simultânea, da mesma Subscrição agregadora, por dois Associados Subscritores, desde que ambos sejam mutuários/afiadores solidários do Contrato de Crédito Habitação.

Associados aos quais se destina esta Modalidade

- Associados com Idade Cronológica compreendida entre os 18 e os 65 anos, que contratem créditos à habitação e que necessitem, ou pretendam, assegurar o pagamento do Capital Contratado face aos seguintes riscos: i) morte; ii) morte e Invalidez Total e Permanente; iii) morte e Invalidez Absoluta e Definitiva.

V – REQUISITOS PARA A SUBSCRIÇÃO

Vínculo Associativo

- Para subscrever esta Modalidade Mutualista é necessário ser Associado do MGAM, podendo candidatar-se* no momento da subscrição.
- * Encargos associativos em vigor: joia de inscrição de 9,00€ e quota associativa de 2,00€ / mês.

Idade p/Subscrição

- Apenas podem subscrever esta Modalidade Associados que já tenham atingido a Maioridade, por idade ou, se menores de 18 anos cronológicos, por terem plena capacidade de exercício dos seus direitos e de disposição de bens, nos termos do Código Civil, tendo como limite máximo os 66 anos atuariais, exclusive.

Subscrições tituladas por menores ou incapazes

- O menor emancipado com plena capacidade de exercício dos seus direitos e de disposição de bens, nos termos do Código Civil, não necessita de qualquer representação legal.
- Os Associados julgados incapazes, devido a interdição ou inabilitação de exercício dos seus direitos ou gestão do seu património, terão de se fazer legalmente representar, de acordo com a legislação aplicável.

Contrato de Crédito à Habitação

- Para a subscrição desta Modalidade é necessário que exista um Contrato de Crédito à Habitação em que o Subscritor seja mutuário ou fiador.
- No caso de Subscrições tituladas por dois Subscritores, ambos têm de ser mutuários solidários do mesmo contrato ou, ambos têm de ser fiadores solidários do mesmo contrato.

Aprovação Médica

- A Subscrição está sujeita a Aprovação Médica¹, cujos requisitos, aprovados pelo Conselho de Administração do MGAM, em vigor se apresentam no quadro abaixo.

Capital a subscrever ²	Idade cronológica do(s) Associado(s) Subscritor(es):		
	Até 40 anos	De 41 a 55 anos	Mais de 55 anos
Subscrição das Coberturas Risco Morte ou Risco Morte e Risco Invalidez Absoluta e Definitiva:			
≤ 30.000 €	DBES	DBES	A
> 30.000 e ≤ 50.000 €	DBES	A	B
> 50.000 e ≤ 100.000 €	A	B	C
> 100.000 e ≤ 200.000 €	B	C	D
> 200.000 €	D	D	D
Subscrição da Cobertura Risco Morte e Risco Invalidez Total e Permanente:			
≤ 100.000 €	B	B	C
> 100.000 e ≤ 200.000 €	B	C	D
> 200.000 €	D	D	D

A - Aprovação Médica¹ por análise de questionário clínico. Excecionalmente, os Serviços Médicos do MGAM poderão requerer exame médico presencial e/ou exames complementares de diagnóstico³

B - Aprovação Médica¹ por análise de questionário clínico e por exame médico presencial.

C - Aprovação Médica¹ por análise de questionário clínico, por exame médico presencial e pelos seguintes exames complementares de diagnóstico³: Eletrocardiograma; Análise de urina Tipo II.

D - Aprovação Médica¹ por análise de questionário clínico, por exame médico presencial e pelos seguintes exames complementares de diagnóstico³: Eletrocardiograma; Rx Tórax PA ou Micro (exceto senhoras grávidas ou a amamentar); Análise de urina Tipo II; Análises de sangue (hemograma, VS, glicemia, creatinina, colesterol total e HDL, trigliceridos, transaminases, gama GT, proteinograma); Ac HIV I e II; Ag HBs; Ac HCV.

¹ A aprovação Médica pode implicar um agravamento da Idade Atuarial do Associado Subscritor.

² Este valor inclui os Capitais Subscritos nas Subscrições da mesma Modalidade cujas Propostas de Subscrição se encontrem pendentes de confirmação.

³ Podem ser aceites exames complementares de diagnóstico, realizados há menos de seis meses.

Formalização da Subscrição

- Para subscrever esta Modalidade o(s) Associado(s) Subscritor(es) deverá(ão):
 - Preencher e assinar a(s) Proposta(s) de Subscrição da Modalidade, bem como a(s) Declaração(ões) de Beneficiários da Subscrição em caso de morte, e fazer prova dos dados pessoais e de outra informação necessária à formalização da(s) Subscrição(ões) que lhe(s) sejam solicitados pelo MGAM;
 - Caso ainda não seja(m) Associado(s) do MGAM, é necessário efetuar previamente a(s) respetiva(s) candidatura(s), sendo necessário, para o efeito, preencher e assinar a(s) Proposta(s) de Admissão, bem como a(s) Declaração(ões) de Beneficiários do Benefício de Solidariedade Associativa em caso de morte, e fazer prova dos dados pessoais e de outra informação necessária à formalização da(s) candidatura(s) que lhe(s) sejam solicitados pelo MGAM.
 - Definir a(s) cobertura(s) de risco subscrita(s);
 - Submeter(em)-se à Aprovação Médica exigida.
- No caso das Subscrições tituladas por Associados julgados incapazes, acrescem as respetivas declarações dos representantes legais, que deverão fazer prova dos dados pessoais e de outra informação necessária à formalização da candidatura e/ou Subscrição que lhes sejam solicitados pelo MGAM.

VI - CARATERIZAÇÃO TÉCNICA DA MODALIDADE

Período de Reflexão	<ul style="list-style-type: none"> • É concedido um período de reflexão máximo de 15 (quinze) dias de calendário, a contar da data de apresentação da Proposta de Subscrição para revogar os efeitos da Subscrição. • A revogação deverá ser comunicada pelo Associado Subscritor por escrito ao MGAM, e recebida por este, dentro do prazo acima referido, não dependendo os efeitos da revogação da invocação de qualquer fundamento. • O exercício do direito de revogação poderá determinar o acerto entre eventuais Quotas pagas e custos incorridos pelo MGAM. • O MGAM comunicará ao Associado Subscritor a aceitação da revogação e os termos em que a mesma ocorre.
Opções de Cobertura de Risco previstas	<ol style="list-style-type: none"> 1. O(s) Associado(s) Subscritor(es) tem(êm) à disposição as seguintes opções de cobertura temporária de risco no âmbito da Modalidade: <ol style="list-style-type: none"> a) Risco Morte; b) Risco Morte e Risco Invalidez Total e Permanente; c) Risco Morte e Risco Invalidez Absoluta e Definitiva. 2. No caso de Subscrições tituladas por dois Subscritores, estes podem subscrever coberturas de risco diferentes.
Data início da Subscrição e procedimento de pagamento da 1.ª Quota da Modalidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dia 1 (um) do mês em que ocorre a Aprovação Médica ou o dia 1 (um) do mês em que ocorre a ativação do Contrato de Crédito à Habitação indexado à Subscrição, se posterior, sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes, em função do(s) Subscritor(es) ser(em) Candidato(s) a Associado(s) ou já Associado(s), e, neste caso, ter(em) a Quota Associativa em dia ou em atraso e de ser(em) Mutuário(s) / fiador(es) do Banco Montepio ou Fiador(es) ou Mutuário(s) de Outras Instituições de Crédito (OIC). 2. <u>No caso do(s) Subscritor(es) ser(em) Candidato(s) a Associado(s)</u>, verifica-se o acima exposto no que diz respeito à data início da Subscrição e será observado o seguinte procedimento no que diz respeito ao pagamento da Joia, da primeira Quota Associativa e da primeira Quota da Modalidade:

Subscritor(es) Mutuário(s) de Contratos no Banco Montepio

O valor correspondente será cobrado pelo MGAM ao Banco Montepio na data em que ocorre a Aprovação Médica, ou a ativação do Contrato de Crédito à Habitação indexado à Subscrição, se posterior, sendo cobrado, por sua vez, pelo Banco Montepio, por débito na conta DO associada ao Contrato de Crédito, juntamente com a primeira prestação deste.

Subscritor(es) não Mutuário(s) de Contratos no Banco Montepio * ou Fiador(es)

O valor correspondente será cativado pelo MGAM na(s) conta(s) DO junto do Banco Montepio, indicada(s) pelo(s) Subscritor(es) para o pagamento das Quotas, na data em que a proposta de Subscrição é efetuada, sendo a cobrança efetuada na data em que ocorre a Aprovação Médica, ou a ativação do Contrato de Crédito à Habitação indexado à Subscrição, se posterior.

3. No caso do(s) Subscritor(es) já ser(em) Associado(s), do MGAM, serão observados os seguintes procedimentos:
 - a) Na data em que a proposta de Subscrição é efetuada, o MGAM irá verificar se o(s) Subscritor(es) têm as Quotas Associativas em dia, e caso não tenham, apenas podem efetuar a proposta de Subscrição se pagarem as Quotas Associativas em atraso e respetivos juros de mora. Se não o fizerem, a proposta não é efetuada. Se o fizerem, a proposta é efetuada e o valor da primeira Quota da Modalidade:

Subscritor(es) Mutuário(s) de Contratos no Banco Montepio

Não é cativado, pelo MGAM, na(s) conta(s) DO junto do Banco Montepio, indicada(s) pelo(s) Subscritor(es) para o pagamento das Quotas, dado que a primeira Quota da Modalidade será cobrada pelo Banco Montepio, quando da efetivação da Proposta de Subscrição.

Subscritor(es) não Mutuário(s) de Contratos no Banco Montepio * ou Fiador(es)

É cativado, pelo MGAM, na(s) conta(s) DO junto do Banco Montepio, indicada(s) pelo(s) Subscritor(es) para o pagamento das Quotas, para garantia de boa cobrança, pelo MGAM, quando da efetivação da Proposta de Subscrição.

- b) Na data em que ocorre a Aprovação Médica, ou a ativação do Contrato de Crédito à Habitação indexado à Subscrição, se posterior, o MGAM irá verificar se o pagamento da Quota Associativa se encontra em dia e será observado o seguinte procedimento no que diz respeito à data início da Subscrição e ao pagamento da Quota Associativa e da primeira Quota da Modalidade:

Subscritor(es) Mutuário(s) de Contratos no Banco Montepio

- i. Se o pagamento da Quota Associativa se encontra em dia ou verifica um atraso até dois meses - O valor correspondente (primeira Quota da Modalidade, e Quota(s) Associativa(s) em atraso, caso existam) será cobrado pelo MGAM ao Banco Montepio sendo cobrado, por sua vez, pelo Banco Montepio, por débito na conta DO associada ao Contrato de Crédito Habitação, juntamente com a primeira prestação deste, e a data início da Subscrição será o dia 1 (um) do mês em que ocorre a Aprovação Médica, ou a ativação do Contrato de Crédito à Habitação indexado à Subscrição, se posterior;
- ii. Se o pagamento da Quota Associativa verifica um atraso superior a dois meses - a efetivação da Subscrição fica suspensa, e se até à data em que atinge(m) mais de 6 meses (exclusive) de Quotas Associativas em atraso, o(s) Subscritor(es):

Data início da Subscrição e procedimento de pagamento da 1.^a Quota da Modalidade (continuação)

Efetuar(em) o pagamento, ao MGAM, das Quotas Associativas em atraso e sua penalização

A Subscrição será efetivada, com data início no dia 1 (um) do mês em que aquele pagamento ocorrer, sendo a primeira Quota da Modalidade cobrada pelo Banco Montepio, nesse mês

Não efetuar(em) o pagamento, ao MGAM, das Quotas Associativas em atraso e penalização

A Subscrição será anulada, ficando sem efeito

Subscriber(es) não Mutuário(s) de Contratos no Banco Montepio * ou Fiador(es)

i. Se o pagamento da Quota Associativa se encontra em dia - O valor da primeira Quota da Modalidade será cobrado pelo MGAM na(s) conta(s) DO junto do Banco Montepio, indicada(s) pelo(s) Subscriber(es) para o pagamento das Quotas, e a data início da Subscrição será o dia 1 (um) do mês em que ocorre a Aprovação Médica, ou a ativação do Contrato de Crédito à Habitação indexado à Subscrição, se posterior;

ii. Se o pagamento da Quota Associativa verifica um atraso superior a 1 (um) mês, e/ou ainda não foi paga a Quota Associativa do mês em curso, e o MGAM não conseguir cobrar essas Quotas - a efetivação da Subscrição fica suspensa, e se até à data em que atinge(m) mais de 6 meses (exclusive) de Quotas Associativas em atraso, os Subscriberes:

Efetuar(em) o pagamento, ao MGAM, das Quotas Associativas em atraso e sua penalização

A Subscrição será efetivada, com data início no dia 1 (um) do mês em que aquele pagamento ocorrer, sendo a primeira Quota da Modalidade cobrada pelo MGAM, na(s) conta(s) DO junto do Banco Montepio, indicada(s) pelo(s) Subscriber(es) para o pagamento das Quotas, nesse mês.

Não efetuar(em) o pagamento, ao MGAM, das Quotas Associativas em atraso e penalização

A Subscrição será anulada, ficando sem efeito, procedendo o MGAM à respetiva desativação do valor da primeira Quota da Modalidade que tinha sido cativado, quando a proposta de subscrição foi efetuada.

c) Nos casos acima previstos na alínea b), em que a efetivação da Subscrição fique suspensa, por não pagamento de Quotas Associativas em atraso, o MGAM informará o(s) Subscriber(es) e a Entidade Credora Beneficiária, daquele facto e da necessidade do(s) Subscriber(es) efetuarem o respetivo pagamento, sob pena da Subscrição ser anulada.

* Mutuário(s) de Contratos em OIC.

Prazo da Subscrição

1. Temporário. A Subscrição é anual e considera-se automaticamente renovada, durante o prazo do Contrato de Crédito Habitação, na data aniversário deste, até aos 80 anos atuariais do(s) Subscriber(es), sem prejuízo dos limites etários das coberturas de Risco Invalidez Total e Permanente e Risco Invalidez Absoluta e Definitiva apresentados no item "Limites da Subscrição e Valor do Capital Contratado", da presente Ficha.
2. A subscrição pode cessar em qualquer altura pela ocorrência de qualquer uma das situações apresentados no item "Subscrição Extinta e Respetivas Consequências", da presente Ficha, passando ao estado de "Subscrição Extinta".

Contribuições do(s) Associado(s) Subscriber(es) e respetivo processo de cobrança

1. Cada Subscrição será efetuada com a entrega da primeira Quota da Modalidade mensal, sendo as Quotas da Modalidade mensais subsequentes devidas desde o 1.º (primeiro) mês após a data início da Subscrição e até à data em que se verifique um dos seguintes eventos, exclusive:
 - a) Termo do Contrato de Crédito Habitação;
 - b) Ocorrência do evento que originou o acionamento da cobertura, sem prejuízo dos limites etários das coberturas de Risco Invalidez Total e Permanente e Risco Invalidez Absoluta e Definitiva apresentados no item "Limites da Subscrição e Valor do Capital Contratado", da presente Ficha.
2. As Quotas Associativas e as Quotas da Modalidade são pagas da seguinte forma:
 - a) No caso de Subscriber(es) Mutuário(s) de Contratos no Banco Montepio - Cobrança, no dia 1 de cada mês, da Quota Associativa e da Quota da Modalidade desse mês, pelo MGAM ao Banco Montepio e posterior cobrança pelo Banco Montepio, por débito na conta DO associada ao Contrato de Crédito, juntamente com a prestação deste, desse mês;
 - b) No caso de Subscriber(es) não Mutuário(s) de Contratos no Banco Montepio - Cobrança, no dia 1 de cada mês, da Quota Associativa e da Quota da Modalidade desse mês, pelo MGAM, por débito na(s) conta(s) DO junto do Banco Montepio, indicada(s) pelo(s) Subscriber(es) para o pagamento das Quotas.
3. Cálculo da Quota da Modalidade:
 - a) A idade a considerar para efeitos de determinação da Quota da Modalidade mensal é a Idade Atuarial do Subscriber na data início da Subscrição ou na data de cada renovação anual.
 - b) A Quota da Modalidade mensal é calculada mensalmente de acordo com as respetivas Tabelas de Quotas da Modalidade constantes do Anexo Técnico I do Regulamento de Benefícios, tendo por base o Capital Contratado, a cobertura de risco em vigor e a idade referida na alínea a).
 - c) Na situação de Subscrição simultânea por 2 (dois) Subscriberes será calculada para cada Subscriber a Quota da Modalidade mensal respetiva, havendo lugar à redução em 50% (cinquenta por cento) da Quota da Modalidade mensal de valor mais baixo ou, caso sejam iguais, da Quota da Modalidade mensal a pagar pelo Subscriber com menor idade atuarial.
 - d) No ato da Subscrição será entregue ao Subscriber a Tabela de Quotas da Modalidade específica da Subscrição efetuada, sendo igualmente disponibilizada, juntamente com as demais, em local próprio no sítio do Montepio Geral - Associação Mutualista na Internet.
 - e) Bases Técnicas da Modalidade: Tábua de Mortalidade PP 79/82, Tábua de Invalidez Howard Winklevoss (HW) e Taxa Técnica de 3%.

Limites da Subscrição e Valor do Capital Contratado	<ol style="list-style-type: none"> Os limites de Subscrição para o valor do Capital Contratado, e sem prejuízo do disposto nos números 2., 3. e 4., são os seguintes: <ol style="list-style-type: none"> Limite mínimo: €5.000 (cinco mil euros), para a abertura de cada Subscrição; Limite máximo: €400.000 (quatrocentos mil euros). A soma dos Capitais Contratados na presente Modalidade com as subscrições no conjunto dos Capitais Contratados e/ou Capitais Subscritos das Modalidades do Grupo II não pode exceder €400.000 (quatrocentos mil euros). Os montantes referidos na alínea b) do número 1. e no número 2., poderão ser excedidos desde que expressamente autorizado pelo Conselho de Administração do MGAM ou a correspondente responsabilidade fique protegida por um esquema de resseguro ou equivalente. Em caso de renegociação do Contrato de Crédito Habitação, e sem prejuízo do referido na alínea b) do número 1. e nos números 2. e 3., a Subscrição pode manter-se sem haver necessidade de efetuar nova Avaliação Médica desde que o valor renegociado do Capital Contratado não exceda o limite definido pelo valor inicial do Capital Contratado acrescido da Margem de Tolerância em vigor em cada ano. A Margem de Tolerância aprovada pelo Conselho de Administração do MGAM em vigor é de €10.000 (dez mil euros). Os limites de idade para cobertura dos diferentes riscos são os seguintes: <ol style="list-style-type: none"> O Risco Invalidez Total e Permanente, pode ser coberto até aos 65 (sessenta e cinco) anos atuariais, exclusive; O Risco Invalidez Absoluta e Definitiva, pode ser coberto até aos 70 (setenta) anos atuariais, exclusive; O Risco Morte, pode ser coberto até aos 80 (oitenta) anos atuariais, exclusive. Sem prejuízo dos limites referidos nos números 1., 2., 3. e 4., o valor do Capital Contratado corresponde ao somatório do Capital Vincendo e do Capital Vencido Não Pago, relativo ao Contrato de Crédito Habitação, indicado mensalmente pela Entidade Credora Beneficiária, até 20 (vinte) dias antes da data de pagamento da respetiva Quota da Modalidade mensal. A atualização do Capital Contratado só poderá ser efetuada após a receção pelo MGAM da comunicação da Entidade Credora Beneficiária referida no número 7.
Aceitação /Acionamento das coberturas de risco	<ol style="list-style-type: none"> A aceitação/acionamento de qualquer uma das opções de cobertura de risco previstas está, nos termos do artigo 7.º (<i>Acionamento das Coberturas de Risco</i>), do Regulamento desta Modalidade, sujeita ao disposto no artigo 8.º (<i>Condições Relativas à Aceitação e Ativação de Coberturas de Risco Invalidez</i>) e no artigo 9.º (<i>Exclusões de Cobertura de Risco</i>), do Capítulo II (<i>Condições de Admissão a Associado e de Subscrição de Modalidades Individuais</i>) do Título I (<i>Disposições Gerais</i>) do Regulamento de Benefícios, nomeadamente no que se refere às causas e circunstâncias no âmbito das quais cabe o evento cujo risco esteja coberto e às respetivas exclusões, que se apresentam no item “Exclusões das Coberturas de Risco”, da presente Ficha Técnica. No que diz respeito ao acionamento das coberturas de invalidez, verifica-se o seguinte: <ol style="list-style-type: none"> A cobertura de Risco Invalidez Total e Permanente pode ser acionada desde que o Associado Subscritor apresente um estado de incapacidade resultante de doença ou acidente, tendencialmente irreversível, a que corresponda, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidades, um Grau de Invalidez não inferior a 70% (setenta por cento), ou não inferior à soma daquele limite com o Grau de Invalidez eventualmente existente à data da Subscrição; A cobertura de Risco Invalidez Absoluta e Definitiva pode ser acionada desde que o Associado Subscritor apresente um estado de incapacidade resultante de doença ou acidente que, de acordo com os conhecimentos médicos existentes à data, tenha como consequência que o Subscritor fique, para sempre, incapacitado de exercer qualquer atividade remunerada e, ainda, tenha que recorrer à assistência contínua de uma terceira pessoa para poder efetuar atos essenciais à sua própria vida normal e corrente. O Estado de Invalidez referido nas alíneas anteriores reporta-se ao dia do acidente ou, em caso de doença, à data do pedido da ativação da cobertura, e deve ser confirmado por avaliação médica efetuada por médicos designados pelo MGAM; O Subscritor pode recorrer de decisão desfavorável, requerendo no prazo máximo de 15 (quinze) dias novo exame perante uma junta médica, com renúncia antecipada de qualquer recurso da decisão desta. A junta médica é constituída por 3 (três) médicos: 1 (um) médico nomeado pelo Montepio Geral – Associação Mutualista 1 (um) médico nomeado pelo Subscritor, e 1 (um) médico nomeado de comum acordo pelos dois primeiros. Caso a decisão da junta médica seja desfavorável ao Subscritor: <ol style="list-style-type: none"> As despesas por aquela incorridas serão da responsabilidade deste; Não pode ser requerida outra avaliação médica antes de decorrido 1 (um) ano a contar da data da decisão. Nas situações de acionamento da cobertura de Invalidez, em que o estado de Invalidez do Subscritor esteja dentro dos limites cobertos e não seja possível emitir um juízo médico definitivo sobre a irreversibilidade desse estado, sendo necessário a realização de exames de reavaliação médica em data futura, inicia-se um processo de reavaliação médica com a duração máxima de 5 (cinco) anos, durante o qual: <ol style="list-style-type: none"> A Subscrição se mantém no estado de Subscrição Ativa e o MGAM se substitui ao Subscritor no pagamento da Quota Associativa, Quota da Modalidade e prestações devidas à Entidade Credora Beneficiária, na parte correspondente ao valor coberto pela Subscrição; Serão efetuadas uma ou mais reavaliações do estado clínico do Subscritor, por médicos do MGAM e por estes, programadas. De cada reavaliação médica referida no ponto ii., da alínea anterior, poderão resultar as seguintes situações com as consequências que respetivamente se enumeram: <ol style="list-style-type: none"> Reversão da Invalidez do Subscritor para um estado abaixo dos limites cobertos: cessa o período de reavaliação médica, e o Subscritor retoma, a partir dessa data, os pagamentos referidos no ponto i., da alínea anterior;

Aceitação /Acionamento das coberturas de risco (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> ii. Confirmação definitiva da irreversibilidade do estado de Invalidez do Subscritor: cessa o período de reavaliação médica e a Subscrição extingue-se com o pagamento pelo MGAM do Capital Contratado aos respetivos Beneficiários, nos termos previstos pelas coberturas subscritas; iii. Manutenção da dúvida sobre a irreversibilidade do estado de Invalidez do Subscritor: o período de reavaliação médica continua, mantendo-se por parte do MGAM os pagamentos referidos no ponto i., da alínea anterior, até à reavaliação médica seguinte. <p>g) Se perdurar a situação referida no ponto iii., da alínea anterior, será efetuada no fim do prazo de 5 (cinco) anos, referido na alínea e), a última reavaliação médica, da qual poderão resultar as seguintes situações com as consequências que respetivamente se enumeram:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Reversão da Invalidez do Subscritor para um estado abaixo dos limites cobertos: cessa o período de reavaliação médica, e o Subscritor retoma, a partir dessa data, os pagamentos referidos no ponto i., da alínea e); ii. Confirmação definitiva da irreversibilidade do estado de Invalidez do Subscritor, ou manutenção da dúvida sobre a mesma: cessa o período de reavaliação médica e a Subscrição extingue-se com o pagamento pelo MGAM do Capital Contratado aos respetivos Beneficiários, nos termos previstos por esta cobertura. <p>3. Acionada a cobertura, e comprovados os seus fundamentos, a Subscrição será extinta e o MGAM procederá ao pagamento do Capital Contratado, nos termos referidos no item "Pagamento do Capital Contratado", da presente Ficha Técnica.</p> <p>4. Para efeitos do ponto i., da alínea e), considera-se ainda a cargo do Montepio Geral - Associação Mutualista as Quotas Associativas e as Quotas da Modalidade do segundo e mais Subscritores, bem como da segunda Subscrição associada a um contrato de crédito, caso existam.</p>
Exclusões das coberturas de risco	<ul style="list-style-type: none"> • O Risco Invalidez ou o Risco Morte não se consideram cobertos quando se provar que o Subscritor ou os Beneficiários produziram declarações falsas, apresentaram falsos documentos ou omitiram factos suscetíveis de induzir em erro os serviços do MGAM na avaliação do risco correspondente e, ainda, se aquelas eventualidades resultarem do seguinte: <ul style="list-style-type: none"> a) Ato criminoso praticado por um Beneficiário ou por terceiro que beneficie direta ou indiretamente em resultado da morte do Subscritor; b) Ações ou omissões dolosas ou grosseiramente negligentes praticadas pelo Subscritor, bem como outros atos por este praticados em que acuse consumo de produtos tóxicos, estupefacientes ou outras drogas fora de prescrição médica, ou um grau de alcoolemia no sangue superior à taxa considerada pelo Código da Estrada para definir condução sob influência de álcool; c) Facto decorrente de guerra civil ou entre diferentes Estados, ainda que não declarada formalmente; d) Serviços em missões, civis ou militares, em organizações internacionais em zona de reconhecido conflito armado; e) Participação em corridas ou competições de velocidade com utilização de meios mecânicos; f) Viagens ou atividades de exploração, aerostação ou deslocações em aeronaves militares de combate; g) Prática ocasional ou prática regular amadora ou profissional das seguintes atividades ou outras equiparáveis: <ul style="list-style-type: none"> i. Montanhismo, alpinismo, escalada, espeleologia; ii. Desportos aéreos, incluindo paraquedismo, asa-delta, parapente, queda-livre, <i>sky diving</i>, <i>sky surfing</i>, <i>base jumping</i> e saltos ou saltos invertidos com mecanismos de suspensão corporal (<i>bungee jumping</i>); iii. Descidas em <i>rappel</i> ou <i>slide</i>, descida de correntes originadas por desníveis de curso de água (<i>rafting</i>, <i>canyoning</i>, canoagem) e <i>parkour</i>; iv. Desportos de inverno, designadamente, <i>bobsleigh</i>, prática de esqui, <i>snowboard</i>, <i>snowblade</i>; v. Caça, caça submarina, imersões submarinas com auxiliares de respiração e atividades tauromáquicas; vi. Artes marciais e outros desportos de combate. h) Prática de atividades que exijam habilitação oficial, sem que o praticante a possua; i) Suicídio ou a sua tentativa no decurso dos 2 (dois) primeiros anos, após o início de cada Subscrição.
Pagamento do Capital Contratado ao(s) Beneficiário(s)	<p>1. Só há lugar ao pagamento do Capital contratado se, durante o prazo de subscrição, ocorrer um dos riscos cobertos, for acionada a respetiva cobertura e forem comprovados os respetivos fundamentos.</p> <p>2. Acionada a cobertura e comprovados os seus fundamentos, as Quotas da Modalidade mensais deixam de ser devidas e a Subscrição é extinta, procedendo o MGAM ao pagamento dos Benefícios, aos Beneficiários, da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) À Entidade Credora Beneficiária: <ul style="list-style-type: none"> i. Pagamento do Capital Vincendo e Vencido Não Pago à data da ocorrência do evento que originou o acionamento da cobertura, até ao limite do Capital Contratado, líquido da componente de Capital Contratado, àquela data, entretanto pago, pelo(s) Subscritor(es) ou pelo(s) seu(s) Beneficiário(s) por morte, até à data do pagamento dos Benefícios por parte do MGAM; ii. Pagamento dos juros cobrados pela Entidade Credora Beneficiária sobre o Capital Contratado e não liquidados, pelo(s) Subscritores ou pelo(s) seu(s) Beneficiário(s) por morte, relativos ao período decorrido entre a data da ocorrência do evento que originou o acionamento da cobertura e a data do pagamento dos Benefícios por parte do MGAM, até ao limite de 2,5% do valor do Capital Contratado. b) Ao(s) Subscritor(es) ou ao(s) seu(s) Beneficiário(s) por morte: <ul style="list-style-type: none"> i. Pagamento da componente de Capital Contratado à data da ocorrência do evento que originou o acionamento da cobertura, entretanto liquidada, pelo(s) Subscritores ou pelo(s) seu(s) Beneficiário(s) por morte, até à data do pagamento dos Benefícios por parte do MGAM; ii. Pagamento dos juros cobrados pela Entidade Credora Beneficiária sobre o Capital Contratado e liquidados, pelo(s) Subscritores ou pelo(s) seu(s) Beneficiário(s) por morte, relativos ao período decorrido entre a data da ocorrência do evento que originou o acionamento da cobertura e a data do pagamento dos Benefícios por parte do MGAM, até ao limite do remanescente entre o montante pago nos termos da alínea a), ii. e 2,5% do valor do Capital Contratado; iii. Pagamento da diferença, caso exista, entre o Capital Contratado e o somatório do montante pago nos termos da alínea a), i. com o montante pago nos termos da alínea b), i.

Pagamento do Capital Contratado ao(s) Beneficiário(s) (continuação)	<p>3. Se tiver sido cobrada qualquer Quota da Modalidade mensal no período compreendido entre a data de ocorrência do evento que originou o acionamento da cobertura e a data de pagamento à Entidade Credora Beneficiária, as mesmas serão devolvidas ao(s) Subscritor(es) ou ao(s) seu(s) Beneficiário(s) por morte.</p> <p>4. Os pagamentos aos Beneficiários são efetuados por crédito em conta de depósito à ordem de que sejam titulares.</p> <p>5. Quando a Subscrição seja realizada por 2 (dois) Subscritores, o acionamento da cobertura por parte de um dos Subscritores dá igualmente lugar à extinção da Subscrição, com as consequências e nos termos referidos nos números anteriores.</p>
Ressarcimento de Quotas da Modalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Não há lugar ao ressarcimento de Quotas da Modalidade.
Beneficiários	<p>1. O primeiro Beneficiário do valor do Capital Contratado, em caso de acionamento da cobertura, é sempre a Entidade Credora Beneficiária.</p> <p>2. Em caso de acionamento da cobertura, os Beneficiários do montante remanescente do Capital Contratado, após satisfação integral dos créditos do primeiro Beneficiário, serão:</p> <p>a) O Subscritor, enquanto vivo, ou os seus Beneficiários por morte, nas Subscrições tituladas por 1 (um) Subscritor;</p> <p>b) O Subscritor sobrevivente e/ou os Beneficiários por morte do(s) Subscritor(es) falecido(s), nas Subscrições tituladas por 2 (dois) Subscritores.</p> <p>3. O primeiro Beneficiário do valor do Capital Contratado, em caso de acionamento da cobertura, é sempre a Entidade Credora Beneficiária.</p> <p>4. Em caso de acionamento da cobertura, os Beneficiários do montante remanescente do Capital Contratado, após satisfação integral dos créditos do primeiro Beneficiário, serão:</p> <p>a) O Subscritor, enquanto vivo, ou os seus Beneficiários por morte, nas Subscrições tituladas por 1 (um) Subscritor;</p> <p>b) O Subscritor sobrevivente e/ou os Beneficiários por morte do(s) Subscritor(es) falecido(s), nas Subscrições tituladas por 2 (dois) Subscritores.</p> <p>5. O(s) Subscritor(es) devem designar e identificar os Beneficiários por morte, e a forma de distribuição dos Benefícios, mediante declaração clara e precisa, nos termos do disposto no artigo 22.º (Beneficiários), do Capítulo V (Disposições Finais Diversas), do Título I (Disposições Gerais), do Regulamento de Benefícios, aplicando-se o disposto naquele artigo, em caso de morte do(s) Subscritor(es), para efeitos da atribuição dos Benefícios referidos no número 2, nomeadamente:</p> <p>a) O Subscritor poderá alterar, sempre que entender, a Declaração de Beneficiários, sendo que as Declarações de Beneficiários posteriores revogam e substituem as anteriores.</p> <p>b) Não resultando qualquer identificação de Beneficiários, os Benefícios serão devidos aos familiares sucessíveis do Subscritor e, na falta destes, reverterem a favor do MGAM.</p> <p>c) Caso não esteja nas condições estabelecidas pelo Subscritor, qualquer um dos Beneficiários indicados, e salvo se estipulado diferentemente na Declaração de Beneficiários, a sua parte será devida aos familiares sucessíveis do Subscritor e, na falta destes, reverte a favor do MGAM.</p> <p>d) A não habilitação de qualquer Beneficiário, e salvo se estipulado diferentemente na Declaração de Beneficiários, não confere direitos aos restantes, relativamente à parte não habilitada, revertendo esta para os familiares sucessíveis do Subscritor e, na falta destes, a favor do MGAM.</p> <p>e) Se à data da morte do Subscritor algum dos Beneficiários indicados já tiver falecido, e salvo se estipulado diferentemente na Declaração de Beneficiários, a parte deste será devida aos sucessíveis do Beneficiário.</p> <p>f) Se falecer algum Beneficiário, após a morte do Subscritor e antes de requerida a habilitação que lhe diga respeito, a sua parte reverte para os sucessíveis daquele Beneficiário.</p> <p>g) No caso de Subscrições tituladas por menor os Beneficiários por morte deste são os seus sucessíveis.</p>
Relação entre o Montepio Geral – Associação Mutualista e a Entidade Credora Beneficiária	<p>1. A pedido do Subscritor ou da Entidade Credora Beneficiária será emitida declaração comprovativa da Subscrição.</p> <p>2. A extinção da Subscrição por iniciativa do Subscritor, bem como a substituição da Entidade Credora Beneficiária carecem de autorização desta última entidade.</p> <p>3. O MGAM obriga-se a comunicar por escrito à Entidade Credora Beneficiária o eventual condicionamento ou extinção da Subscrição até 2 (dois) dias úteis após a data em que ocorram.</p> <p>4. A Entidade Credora Beneficiária pode substituir-se ao(s) Subscritor(es) no pagamento da Quota da Modalidade individual mensal ao MGAM.</p> <p>5. A Entidade Credora Beneficiária compromete-se a informar o MGAM do valor atualizado do Capital Contratado, bem como da eventual resolução antecipada do Contrato de Crédito à Habitação.</p>
Outros Encargos	<p>1. <u>Comissões</u>: As contribuições para a subscrição de qualquer modalidade mutualista não são oneradas com comissões.</p> <p>2. <u>Comparticipações</u>: Esta modalidade comparticipa anualmente para o Fundo de Administração, para fazer face a despesas administrativas, com uma percentagem, deliberada anualmente pela Assembleia Geral de Associados, mediante proposta do CA que não poderá exceder 1% do valor médio anual do respetivo Fundo Próprio, sendo deduzida ao respetivo rendimento anual. O valor desta comparticipação não afeta o valor do capital subscrito pelo Associado.</p> <p>3. <u>Penalizações por atraso no pagamento da Joia, da Quota Associativa ou da Quota da Modalidade mensal</u>: A Joia, as Quotas Associativas, ou as Quotas da Modalidade mensais que não forem pagas até ao fim do mês seguinte ao do seu vencimento são acrescidas de uma penalização, cobrada por cada dia em dívida, fixada pelo Conselho de Administração do MGAM, até 31 de Dez. de cada ano para vigorar no ano seguinte. A taxa anual de penalização em vigor é de 4,5%, sendo aplicada, ao valor da joia ou de cada quota em dívida, a respetiva taxa proporcional relativa ao período em dívida ($4,5\% \times n.º \text{ de dias em atraso} / 365$).</p>

Outros
Encargos
(continuação)

4. Plano de Contingência Covid 19 - desoneração da penalização por mora, ao abrigo das medidas extraordinárias de apoio aos associados, deliberadas pelo Conselho de Administração do MGAM, tendo em atenção a situação de pandemia que se vive no país e no mundo - todos os pagamentos de quotas em atraso que ocorreram até 31 de dezembro de 2020, inclusive, encontram-se desonerados da penalização referida no ponto anterior. Mais informação sobre esta medida em montepio.org.
5. Encargos com requisitos de aprovação médica: Em caso de haver lugar a exame médico presencial, o seu custo é suportado pelo MGAM. No caso de haver lugar a exames médicos complementares o respetivo custo é suportado pelo Associado subscritor, estando em vigor uma comparticipação pelo MGAM até ao máximo do valor equivalente a seis Quotas da Modalidade mensais.

Subscrições
efetuadas até
3.nov.2013

1. São incorporadas no Regulamento da Modalidade Associação Mutualista Montepio - Proteção Crédito à Habitação (MPCH), todas as Subscrições efetuadas para proteção de contratos de crédito à habitação, nas seguintes Modalidades que se extinguem:
 - a) Modalidade Garantia de Pagamento de Encargos (GPE), que engloba todas as Subscrições efetuadas até 30 de junho de 2007;
 - b) Modalidade Garantia de Pagamento de Encargos I (GPE-1), que engloba todas as Subscrições efetuadas a partir de 01 de julho de 2007 e até 3.nov.2013.
2. Dado que existem especificidades relativas às Subscrições acima referidas que se irão manter, apresenta-se no quadro abaixo a informação que se manterá em vigor relativa a essas características. Para maior clarificação apresenta-se também a regra em vigor para as novas Subscrições efetuadas em MPCH, relativa àquelas características.

	GPE	GPE-1	MPCH
Opções de Cobertura de risco	Risco Morte Risco Morte e Risco Invalidez Total e Permanente Risco Morte e Risco Invalidez Absoluta e Definitiva		
Riscos Cobertos e limites Etários	Morte até aos 80 anos atuariais, exclusive Invalidez Total e Permanente, até às seguintes idades, exclusive: • 65 anos atuariais, se prazo do contrato <15 anos; • 70 anos atuariais, se prazo do contrato ≥15 anos. Invalidez Absoluta e definitiva, até às seguintes idades, exclusive: Não aplicável.		
Titularidade p/ dois Subscritores	As subscrições existentes mantêm as titularidades, mesmo que os dois subscritores não sejam ambos mutuários ou ambos fiadores.		Ambos mutuários ou ambos fiadores.
Subscritores menores de idade	Não aplicável, dado o tempo decorrido desde o fecho a novas subscrições.	As subscrições existentes mantêm as titularidades.	Subscritores c/ idade cronológica ≥ 18 anos, ou, se menor, sejam emancipados.
Taxa Técnica	Embora a GPE, tenha uma Taxa Técnica de 4%, e a GPE1 e MPCH, tenham de 3%, as quotas são iguais, pois aquela diferença não influencia o valor da Quota.		

VII - INFORMAÇÃO SOBRE OS ESTADOS DA SUBSCRIÇÃO

Subscrição Ativa

- Para que a Subscrição se mantenha no estado de Subscrição Ativa, em pleno gozo dos seus direitos, é necessário que cumpra, em cada momento, os seguintes requisitos:
 - a) O Subscritor mantenha o Vínculo Associativo Ativo, ou seja, sem qualquer Quota Associativa em atraso; e
 - b) Não se verifique atraso no pagamento das Quotas da Modalidade mensais para a Subscrição.

Subscrição
Condicionada e
Respetivas
Consequências

1. A mora no pagamento da Quota Associativa por um período de até 6 (seis) meses e/ou a mora no pagamento da Quota da Modalidade por um período de até 3 (três) meses condiciona automaticamente a Subscrição, definindo um estado específico designado por "Subscrição Condicionada".
2. A passagem do estado de Subscrição Ativa para o estado de Subscrição Condicionada não suspende os direitos da Subscrição.
3. O Subscritor pode repor a situação de Subscrição Ativa com o pagamento das Quotas Associativas e/ou das Quotas da Modalidade em mora e respetivas penalizações.
4. Caso a cobertura seja acionada durante o estado de Subscrição Condicionada e sejam comprovados os seus fundamentos, as Quotas da Modalidade deixam de ser devidas e a Subscrição é extinta, procedendo-se ao pagamento, à Entidade Credora e aos outros Beneficiários, do Capital Contratado, deduzido do valor das Quotas Associativas e/ou das Quotas da Modalidade em mora e respetivas penalizações.
5. A Subscrição no estado de Subscrição Condicionada que ultrapasse os 3 (três) meses de mora no pagamento da Quota da Modalidade ou 6 (seis) meses de mora no pagamento da Quota Associativa, será automaticamente extinta.
6. Nas situações em que a Subscrição é efetuada por 2 (dois) Subscritores, aplica-se o previsto nos números anteriores a qualquer um dos Subscritores com Quota(s) em mora. Assim, se for compulsivamente extinta a Subscrição do Subscritor que suportava 100% do valor da Quota da Modalidade, a Subscrição do Subscritor que suportava 50% da Quota da Modalidade, mantém-se, passando automaticamente a suportar a 100%, a sua Quota da Modalidade.

Subscrição Extinta e Respetivas Consequências	<ol style="list-style-type: none"> 1. A passagem ao estado de Subscrição Extinta¹ pode dar-se automaticamente, de forma natural ou compulsiva, por, respetivamente, ocorrência de factos inerentes à vontade ou vida do Subscritor ou por incumprimento das obrigações decorrentes da Subscrição, determinando, em qualquer caso, a extinção de todos os direitos e obrigações da Subscrição. 2. A passagem ao estado de Subscrição Extinta dá-se naturalmente por ocorrência de uma das seguintes situações: <ol style="list-style-type: none"> a) Acionamento das Coberturas; b) Amortização total do Contrato de Crédito Habitação; c) Desistência da Subscrição a pedido do Subscritor e autorizada pela Entidade Credora Beneficiária; d) Vencimento do prazo da Subscrição; e) O Subscritor atingir os 80 anos atuariais, ou nas Subscrições tituladas por 2 (dois) Subscritores, o mais novo atingir aquela idade; f) Morte do Subscritor, ou nas Subscrições tituladas por 2 (dois) Subscritores, morte do Subscritor que falecer em último, em qualquer dos casos, decorrente de situação não coberta 3. A subscrição será compulsivamente extinta por ocorrência de qualquer uma das seguintes situações: <ol style="list-style-type: none"> a) Perda voluntária/compulsiva do Vínculo Associativo do Subscritor; b) Atraso no pagamento da Quota da Modalidade por período superior a 3 (três) meses. 4. Nas situações em que a Subscrição é efetuada por 2 (dois) Subscritores, aplica-se o previsto nos números anteriores a qualquer um dos Subscritores. Assim, se for extinta a Subscrição do Subscritor que suportava 100% do valor da Quota da Modalidade, sem ser por motivo de acionamento das coberturas, a Subscrição do Subscritor que suportava 50% da Quota da Modalidade, mantém-se, passando automaticamente a suportar a 100%, a sua Quota da Modalidade. <p>¹ A Extinção da Subscrição extingue automaticamente o Vínculo Associativo do Associado Subscritor vivo, se esta for a única Subscrição que permite a manutenção daquele Vínculo. Neste caso, e desde que a perda do Vínculo Associativo não se tenha devido a atraso no pagamento da Quota Associativa/Modalidade, e desde que o valor da Quota Associativa, relativo ao mês em que ocorreu o evento que levou à extinção do Vínculo Associativo esteja pago, é dada uma folga processual em que há lugar à suspensão temporária da extinção do vínculo Associativo, por um período que vai desde o dia em que ocorreu aquele evento e até ao final do mês seguinte, para que o Associado efetue uma nova Subscrição, nesta ou noutra modalidade, e no caso da Quota Associativa não se encontrar liberada ou paga por antecipação, pague também o valor daquela Quota, relativo a esse mês.</p>
Associados Admitidos até 30 de abril de 1988 e Associados por integração de outras Assoc. Mutualistas	<ul style="list-style-type: none"> • No caso dos Associados cujo Vínculo Associativo continua a ser assegurado exclusivamente pela manutenção de uma Subscrição realizada até 30 de abril de 1988, numa das Modalidades em vigor à época, que conferem aquele Vínculo, ou dos Associados por integração de outras Associações Mutualistas, cujo Vínculo Associativo continua a ser assegurado exclusivamente pela manutenção da Subscrição de integração, para efeitos da determinação dos estados da Subscrição, aplica-se ao pagamento da Quota da Modalidade relativa à Subscrição que sustenta o Vínculo Associativo o que se encontra estipulado para o pagamento da Quota Associativa.
Comunicação da Perda do Vínculo Associativo e dos Estados da Subscrição Subsequentes	<ol style="list-style-type: none"> 1. A comunicação relativa à possibilidade da perda do Vínculo Associativo é efetuada ao Subscritor com a antecedência de, pelo menos, 30 (trinta) dias antes do termo do 6.º (sexto) mês consecutivo de mora no pagamento da Quota Associativa. 2. Aquando da comunicação referida no número anterior, é comunicado também ao Subscritor que a perda daquele vínculo determina a extinção da Subscrição. 3. Caso o Subscritor não esteja em risco de perder o Vínculo Associativo, a comunicação relativa à possibilidade da extinção da Subscrição é efetuada ao Subscritor com a antecedência de, pelo menos, 30 (trinta) dias antes do termo do 3.º (terceiro) mês consecutivo de mora no pagamento da Quota da Modalidade.

VIII - REGIME FISCAL APLICÁVEL

NOTA IMPORTANTE: O texto que segue pretende expor, de forma sumária, os aspetos gerais do regime fiscal, aplicável a pessoas singulares residentes em território português, associado à presente Modalidade, de acordo com a interpretação do Montepio Geral - Associação Mutualista, a qual não vincula esta instituição perante qualquer interpretação divergente, presente ou futura, adotada pelas autoridades legalmente competentes nomeadamente a Autoridade Tributária e Aduaneira, os Tribunais Arbitrais ou os Tribunais Judiciais, nem desonera o Subscritor das suas responsabilidades tributárias ou dispensa o mesmo do conhecimento da legislação aplicável. Este sumário é baseado nas leis da República Portuguesa em vigor na data desta Ficha Técnica e está sujeito às alterações legislativas subsequentes, com possibilidade de efeito retroativo quanto à sua interpretação.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuições do Associado Subscritor: De acordo com a legislação em vigor as Quotas da Modalidade são passíveis de benefício fiscal de dedução: <ol style="list-style-type: none"> a) À coleta de IRS, ao abrigo do art.º 87.º (<i>Dedução relativa às pessoas com deficiência</i>), n.ºs 2 e 3 do CIRIS, desde que o Subscritor seja portador de deficiência, definida nos termos do n.º 5, daquele artigo, conforme se resume no quadro abaixo:
---	---

Benefício fiscal de dedução à coleta

• Condições a verificar:

O Subscritor seja portador de deficiência, devidamente comprovado por atestado médico de incapacidade multiuso, emitido nos termos da legislação aplicável, igual ou superior a 60%, e, cumulativamente, desde que, as Quotas da Modalidade sejam pagas pelo sujeito passivo:

- Subscritor da Modalidade e portador de deficiência;
- Não Subscritor da modalidade, mas o Subscritor da Modalidade seja portador de deficiência e seja seu dependente.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) (continuação)

Benefício fiscal de dedução à coleta (continuação)

- Limite máximo de dedução à coleta - 25% da totalidade das contribuições efetuadas (Quotas da Modalidade) no respetivo ano, não podendo exceder 15% da coleta de IRS¹.
- Situações de exclusão - As contribuições para esta modalidade não são passíveis de dedução à coleta, quando efetuadas por não residentes em território português:

¹ Este limite engloba a totalidade das contribuições efetuadas com modalidades mutualistas, prémios de seguros de acidentes pessoais e seguros de vida abrangidos pelo art.º 87.º n.ºs 2 e 3 do CIRS.

- b) Ao rendimento de trabalho dependente, e até à sua concorrência, ao abrigo do art.º 27.º (*Profissões de desgaste rápido: deduções*) n.ºs 1, 2 e 4 do CIRS, desde que o Subscritor desenvolva profissões de desgaste rápido, definida nos termos do n.º 2, daquele artigo, conforme se resume no quadro abaixo:

Benefício fiscal de dedução ao rendimento de trabalho dependente

- Condições a verificar - o Subscritor tem de exercer uma profissão de desgaste rápido (praticante desportivo, mineiro ou pescador), devidamente comprovada.
- Limite máximo de dedução ao rendimento de trabalho dependente - até à sua concorrência, com o limite de cinco vezes o valor do IAS (Indexante de Apoios Sociais).

- **Pagamento do Capital Contratado:** Não há incidência de tributação em sede de IRS sobre o valor do capital a receber em caso de acionamento das coberturas (artigo 12.º, n.º 1, alínea e) do CIRS).

Imposto do Selo (transm.gratuitas)	As transmissões dos valores a receber, por morte, beneficiam da não sujeição a Imposto do Selo sobre as transmissões gratuitas.
Pagamento por morte do Subscritor	O valor legado não é tributado na esfera do beneficiário, nem em IRS nem em Imposto do Selo.

IX - LOCAIS DE SUBSCRIÇÃO, CONTACTOS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

Locais de subscrição e contactos	<p>Montepio Geral - Associação Mutualista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espaços de Atendimento Mutualista e <i>Contact Centre</i>. - montepio.org (website da Associação Mutualista Montepio). - Telefones: 212 420 200 ou 213 248 112 (Linha do Associado) – ambos com atendimento personalizado das 09:00H às 21:00H. - associado@montepio.pt <p>Banco Montepio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rede de Balcões e canal digital Serviço Net 24 do Banco Montepio. - Telefone: 707 10 26 26 - Atendimento Personalizado das 08:00H às 00:00H. - bancomontepio.pt
Sugestões e reclamações	<p>O Associado poderá apresentar qualquer sugestão ou reclamação pretendida através dos seguintes meios:</p> <p>Em relação à Modalidade e/ou atendimento Espaços de Atendimento Mutualista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Através de formulário disponível em https://www.montepio.org/contactos/ - No Livro de Reclamações, disponibilizado nos Espaços de Atendimento Mutualista; - Por escrito à Provedoria do Associado, para a morada: Rua Áurea, 219 a 241, 1100-062 Lisboa ou por mensagem eletrónica para Provedoria_Associado@montepio.pt; - Pela Linha do Associado - Atendimento Personalizado das 09:00H às 21:00H - Telf: 213 248 112 <p>Relativamente ao atendimento nos canais do Banco Montepio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Através do endereço eletrónico https://www.bancomontepio.pt/apoio-cliente; - Por mensagem eletrónica para GabineteCliente@montepio.pt; - Por carta ao Gabinete do Cliente – Rua Castilho, n.º 5 - 3º piso (Sala 12), 1250-066 LISBOA; - No Livro de Reclamações, disponível em todos os Balcões do Banco Montepio. - No Livro de Reclamações Eletrónico, disponível em https://www.livroreclamacoes.pt.

X - VALIDADE DA INFORMAÇÃO CONSTANTE DA PRESENTE FICHA TÉCNICA

A presente Ficha Técnica é válida até à ocorrência de alterações legislativas ou regulamentares, ou caso fortuito ou de força maior, sem prejuízo das atualizações que venham a ser efetuadas pelo MGAM.